



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECEX DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Telefones: (65) 3613-7631 / 7632

e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

TCE/MT

Fls. _____

Rub. _____

ANEXO III

**Concorrência nº 004/2013 ã Volume II de III
(parte 8 de 8)**



EMSA - EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S.A.

CNPJ Nº. 17.393.547/0001-05 (NIRE: 5230000707-1) - COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO

Descrição	Controladora	31/12/12	31/12/11	Consolidado	31/12/12	31/12/11
Imposto de Renda (a)	1.240	1.498	1.625	1.498		
Contribuição Social (e)	669	809	895	809		
Cofins (a)	1.899	3.708	2.736	3.708		
PIS (a)	403	803	593	803		
Imposto de Renda Ganho Avaliação Patrimonial (b)	8.410	8.410	48.994	48.949		
Contribuição Social Ganho Avaliação Patrimonial (c)	3.027	3.027	17.601	17.621		
Imposto de Renda Custo Atribuído (d)	8.946	10.455	8.946	10.816		
Contribuição Social Custo Atribuído (e)	3.221	3.764	3.221	3.856		
Outros Tributos	-	-	713	2.012		
	27.776	32.474	85.514	90.072		

- a) A Controladora adota a faculdade fiscal estabelecida pela legislação vigente, que autoriza e admite o diferimento no recolhimento de impostos e contribuições federais, incidentes e decorrentes de contratos de empreitada para execução de obras civis de engenharia mantidos com entidades governamentais e sociedades de economia mista, para quando do efetivo recebimento dos valores faturados pela Companhia junto aqueles órgãos contratantes.
- b) A Controladora e as controladas constituíram provisão de IRPJ da possível realização de seus imóveis para investimentos no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o ganho de capital.
- c) A Controladora e as controladas constituíram provisão de CSLL da possível realização de seus imóveis para investimentos no percentual de 9% (nove por cento) sobre o ganho de capital.
- d) A Controladora e as controladas constituíram provisão de IRPJ da possível realização de seus imóveis operacionais no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o ganho de capital.
- e) A Controladora e as controladas constituíram provisão de CSLL da possível realização de seus imóveis operacionais no percentual de 9% (nove por cento) sobre o ganho de capital.

23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Descrição	Controladora	31/12/12	31/12/11	Consolidado	31/12/12	31/12/11
FISCAIS	67	68	68	68		
TRABALHISTAS	1.350	-	1.350	-		
	1.417	68	1.418	68		

A seguir demonstramos a movimentação das contingências no exercício de 2012:

	2011	Adiç. 2012	Baixas	2012
FISCAIS	68	-	(1)	67
TRABALHISTAS	-	1.350	-	1.350
	68	1.350	(1)	1.417

A Companhia é parte em outras ações judiciais e administrativas para as quais a expectativa de perda é possível. Neste contexto, a Administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, não constitui provisão para eventuais perdas. Baseada nestas avaliações, a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a sua defesa. A necessidade da constituição de provisão é analisada periodicamente.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, com expectativa de perda possível, estão assim demonstrados nas datas do balanço:

Descrição	Controladora	2012	Consolidado	2012
TRABALHISTAS		4	4	
CIVIS		121	136	
TRIBUTÁRIAS		48	48	
		173	188	

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração da Companhia identificou como partes relacionadas, outras empresas ligadas aos mesmos sócios da empresa, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições legais.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Conforme AGE de 03 de dezembro de 2012 ficou decidido por unanimidade a continuidade da prática de não remunerar os diretores para o mandato letivo para os próximos 3 (três) anos.

b) Controladoras

A EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S/A é subsidiária da Companhia AMC Construções e Participações S/A e controladas das empresas: ACJ Construções e Incorporações S/A e Petro Postos de Abastecimento Ltda.

c) Transações realizadas com empresas ligadas

A Companhia efetuou operações com partes relacionadas, por meio de antecipações de dividendos, devidamente compensadas com a reserva de lucro em 31 de dezembro de 2012, cujo montante está demonstrado a seguir:

Descrição	Ativo não circulante	2012	2011
AMC CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A		-	15.904
		-	15.904

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital social da Controladora

O capital social da Controladora é de R\$ 231.551.180,00 (duzentos e trinta e um milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, cento e oitenta reais) e está representado por 7.197.786 (sete milhões, cento e noventa e sete mil, setecentas e oitenta e seis) ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal.

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS	CAPITAL SOCIAL (R\$ mil)	%
Arnival Crosara	72.746	2.587	1,12%
Arnival Crosara Junior	72.746	2.586	1,11%
Adriano José Correa Crosara	1	1	0,01
AMC Construções e Participações S/A	7.092.294	225.377	97,76%
TOTAIS	7.197.786	231.551	100,00%

25.2. Reserva Legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício observando os limites estabelecidos em lei.

25.3. Destinação do lucro

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo obrigatório, a cada exercício social, de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada abaixo. Foi contabilizada nas demonstrações financeiras somente a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório. O montante adicional e esse valor depende de aprovação em assembleia de acionistas e será contabilizada somente após essa aprovação:

Dividendos Obrigatórios	2012 (R\$ mil)	2011 (R\$ mil)
Lucro líquido do exercício	70.993	33.164
Constituição da reserva legal	(3.550)	(1.658)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	67.443	31.506
Percentual de dividendos obrigatórios	25%	25%
Dividendos Antecipados	(19.115)	-
Total de dividendos propostos	-	7.876

25.4. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Descrição	2012 (R\$ mil)	2011 (R\$ mil)
Custo Atribuído - Controladora (a)	23.618	27.601
Propriedade para Investimento - Controladora (b)	22.201	22.201
Propriedade para Investimento - Controladas (c)	106.867	107.012
Ativo Biológico	159	178
Total	152.845	156.990

(a) Custo atribuído de veículos, máquinas e edificações constituída no exercício de 2010.

(b) Propriedade para investimento de imóveis para valorização.

(c) Propriedade para investimento de imóveis para valorização na controlada ACJ Construções e Incorporações S.A.

Os valores acima estão apresentados líquido dos tributos incidentes sobre o ganho de capital, quando aplicável.

26. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	Controladora	31/12/12	31/12/11	Consolidado	31/12/12	31/12/11
Receita de Serviços Prestados	307.918	300.893	401.051	434.277		
Provisão de Receita (a)	69.895	98.290	-	-		
(-) Vendas Canceladas	-	-	(686)	(1.432)		
(-) Dedução sobre a Receita	(19.858)	(20.585)	(1.977)	(22.493)		
(-) Descontos Incondicionais	-	(6.890)	-	(6.890)		
	346.925	271.528	399.488	403.462		

a) Representados por correção do exercício de 2012 referentes aos pleitos, atualizações monetárias e juros por atraso no recebimento de faturas de serviços prestados a órgãos públicos e impostos incidentes sobre atualizações monetárias e juros correspondentes às provisões de direito de obras, conforme nota explicativa nº 13.

27. CUSTO OPERACIONAL

Descrição	Controladora	31/12/12	31/12/11	Consolidado	31/12/12	31/12/11
Materiais Operacionais	(51.865)	(41.086)	(84.560)	(83.180)		
Transportes	(1.692)	(3.430)	(4.687)	(3.430)		
Subempreiteiros	(6.765)	(7.417)	(8.795)	(7.417)		
Locações/Arrendamentos	(4.295)	(6.052)	(4.295)	(6.052)		
Mantenção de Veículos de Transporte	(15.389)	(18.129)	(15.389)	(20.821)		
Mão de Obra	(61.251)	(65.201)	(62.728)	(67.485)		
Gerais	(2.899)	(4.767)	(2.899)	(6.091)		
Custo Consórcios	(109.546)	(92.699)	(109.546)	(92.699)		
Apropriação Custo/Estoque	28.519	5.895	28.519	5.895		
	(227.183)	(231.865)	(244.350)	(250.260)		

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS/COMERCIAIS

Descrição	Controladora	31/12/12	31/12/11	Consolidado	31/12/12	31/12/11
Materiais de Consumo	(267)	(1.211)	(2.525)	(2.423)		
Mão de Obra	(13.289)	(14.882)	(15.389)	(16.210)		
Despesas Gerais	(8.409)	(7.659)	(11.819)	(9.595)		
	(23.005)	(23.752)	(29.840)	(26.718)		

29. BAIXA DE ATIVOS

Descrição	Controladora	31/12/12	31/12/11	Consolidado	31/12/12	31/12/11
Baixa de Provisão Diretos c/Obras	-	(11.570)	-	(11.570)		
Baixa de Investimento (a)	(6.691)	-	(6.691)	-		
Baixa de Contas a Receber	(1.226)	(13.876)	(1.226)	(13.876)		
Baixa de Imobilizado por perda	(625)	-	(625)	-		
	(8.942)	(25.446)	(8.942)	(25.446)		

a) Refere-se a baixa do investimento junto a sociedade Petro Transportadora e Locadora Ltda., devido sua liquidação no exercício corrente.

30. RESULTADOS FINANCEIROS

Descrição	Controladora	31/12/12	31/12/11	Consolidado	31/12/12	31/12/11
Atualização Contratual	-	-	3.022	982		
Renderimentos Aplicação Financeira	725	-	725	-		
Variação Cambial Ativa	1.397	694	1.397	664		
Descontos Obtidos	740	-	740	-		
Outras Receitas Financeiras	240	694	719	922		
Juros e Mora	(769)	(851)	(621)	(754)		
Juros sobre Financiamentos	(1.203)	-	(1.203)	(1.364)		
Descontos Concedidos	(1.100)	-	(1.100)	-		
Juros sobre Empréstimos Bancários	(1.685)	(28.895)	(1.685)	(29.409)		
Juros sobre Participações	(1.835)	(1.224)	(8.835)	(1.224)		
Variação Cambial Passiva	-	(1.869)	-	(1.869)		
Comissão Flanga	(817)	-	(817)	-		
Outras Despesas Financeiras	(445)	(295)	(1.805)	(1.001)		
	(4.752)	(31.712)	(2.463)	(32.978)		

31. CONCILIAÇÃO DO IRPJ E CSLL

Descrição	Base de cálculo	Alíquota	Controladora	31/12/12	31/12/11	Consolidado	31/12/12	31/12/11
Imposto de Renda	307.918	2,00%	6.158	6.089	6.928	7.190		
Contribuição Social	307.918	1,08%	3.341	3.331	3.310	3.888		
			9.799	10.450	10.618	11.116		

32. SEGUROS

Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
 EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S/A.
 Aparecida de Goiânia - GO



Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S/A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e resultado abrangente e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelas políticas contábeis que ela determinou como necessárias para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Nossa auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com modificação.

Base para opinião com ressalva por limitação

Conforme nota explicativa nº 9, o saldo do estoque constituído pela Companhia, com o objetivo de utilização própria no curso normal de sua atividade, registrado na conta "Estoques", no ativo circulante está representado por R\$ 6.000 mil, em 31 de dezembro de 2012. Durante o exercício corrente, a administração da Companhia implementou controles internos sobre estoques das obras, de modo a assegurar a integridade dos dados e a confiabilidade das informações. No entanto, não foram efetuados ajustes no saldo da conta em contrapartida de custos dos serviços prestados visando dar conformidade ao previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, não acompanhamos o inventário físico dos estoques naquela data, registrados no balanço patrimonial pelo montante de R\$ 6.000 mil, nem foi possível satisfazer-nos sobre a existência dos



CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS
JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS E
PROCURAÇÃO (2º) DE NOTAS
APRESENTAÇÃO DE GOIÂNIA-GO

SGEL

Fis. Nº 366 P

158

55



EMSA - EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S.A.

CNPJ Nº. 17.393.547/0001-05 (NIRE: 5230000707-1) - COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO

estoques por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Consequentemente, não nos foi possível determinar se são necessários quaisquer ajustes nesses valores.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, o investimento efetuado pela Companhia durante o exercício na EMSA - Sucursal Angola, coligada localizada em Angola, contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, obteve prejuízo conforme o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012, gerando resultado negativo de equivalência patrimonial no valor de R\$1.188 mil incluído na demonstração do resultado da EMSA no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente a respeito desse valor porque não tivemos acesso às informações contábeis, a administração e aos auditores da EMSA - Sucursal Angola. Consequentemente, não nos foi possível determinar se são necessários quaisquer ajustes nesses valores.

Os investimentos efetuados pela Companhia durante o exercício em operações relacionadas a obras de controle em conjunto, denominadas "operações com consórcios", contabilizados pelo método de consolidação proporcional, estão registrados nos ativos e passivos nos montantes de R\$25.349 mil e R\$11.083 mil, respectivamente, e os efeitos positivos no resultado do exercício corrente, no valor de R\$43.434 mil. No entanto, os consórcios denominados "Emasa/Via/CR Almeida e Emasa/M. Martins", nos montantes de R\$ 7.316 mil e R\$ 5.543 mil e R\$3.690 mil, relativos aos ativos, passivos e efeitos positivos no exercício corrente, respectivamente, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente a respeito desses valores porque não tivemos acesso às informações contábeis, a administração e aos auditores dos referidos consórcios. Consequentemente, não nos foi possível determinar se são necessários quaisquer ajustes nesses valores.

Conforme descrito nas notas explicativas nº 13 e 25, está incluído na rubrica "provisão de direitos com obras", no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$270.115 mil, líquidos dos impostos incidentes e R\$ 80.885 mil em receitas no exercício de 2012, representados por (i) pleitos, atualizações monetárias e juros por atraso no recebimento de faturas de serviços prestados a órgãos públicos e (ii) impostos incidentes sobre atualizações monetárias e juros correspondentes às provisões de direito de obras, respectivamente. Devido à natureza desses créditos, riscos que envolvem a sua realização e a ausência de mensuração do valor justo na data base de 31 de dezembro de 2012. Consequentemente, não nos foi possível determinar se são necessários quaisquer ajustes nesses valores.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos mencionados no parágrafo "Base para opinião com ressalva por limitação", as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos mencionados no parágrafo "Base para opinião com ressalva por limitação", as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas representam adequadamente, em

todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S.A., em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S/A, individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 06 de abril de 2012, contendo as seguintes ressalvas: i) não acompanhamento do inventário físico, ilicitude de auditoria externa no investimento na Sucursal Angola e nos consórcios EMASA/Via/CR Almeida e EMASA/M. Martins; ii) ausência do valor justo e risco de realização da rubrica "provisão com direitos em obras"; iii) ausência de anulação das partes no contrato de assunção de dívida, sendo todas as ressalvas regularizadas no exercício e com ênfase quanto à controlada direta Petro Transportadora e Locadora Ltda e sua continuidade operacional baixada em 2012.

Goiania, 06 de abril de 2013.

BDO RCS Auditores Independentes BS

CRC 2 SP 013846/O-1-S-GO

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3-S-GO

Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0

Adriano José Correa Crosara
Diretor Presidente
CPF/MF 659.584.821-72

Elberth Tiago Lopes
CRC-GO 15.066
CPF/MF 836.141.361-81

44.115

Cremeço

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE GOIÁS
(CREMEÇO)

CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL AO
DR. ANTÔNIO CARLOS DA SILVA FRANCISCO - CRM/GO 3653
O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE GOIÁS
(CREMEÇO), no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei 3.258 de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045 de 19 de julho de 1958, considerando a decisão proferida em Sessão de Julgamento desse Conselho Regional de Medicina, mantida pelo Conselho Federal de Medicina, torna público que na presente data está sendo aplicada ao médico Dr. Antônio Carlos da Silva Francisco - CRM/GO 3653, por infração aos artigos 42 e 44 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 28/01/1988) cujos fatos também estão previstos nos artigos 14 e 21 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13/10/2009), a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "C" do artigo 22, da Lei 3.258/57.

Goiania, 30 de abril de 2013

DR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO
Presidente do CREMEÇO

44.757

Usina Goianésia S/A

USINA GOIANÉSIA S/A
CNPJ (MF) nº 02.460.988/0001-05
AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Sociedade, na cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na zona rural, na Fazenda São Carlos, s/nº, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31.12.2012. Goianésia (GO), 18 de março de 2013. Bruno Bachmann Maranhão - Diretor Presidente

44.758

Energética São Simão S/A

ENERGÉTICA SÃO SIMÃO S/A
CNPJ (MF) nº 02.348.861/0001-90
AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, na zona rural da cidade de São Simão, Estado de Goiás, no Km. nº 2 da Rodovia GO - 164, (Gleba "B" da Fazenda Patreão), os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31.12.2012. São Simão (GO), 18 de março de 2013. Bruno Bachmann Maranhão - Diretor Presidente.

44.756

Central Geradora Termelétrica Goianésia S/A

CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA GOIANÉSIA S/A
CNPJ (MF) nº 06.933.722/0001-85
AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, situada na Zona Rural da cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na Fazenda São Carlos - Gleba dos Afonsos (Rodovia GO - 438, Km. 12), sem número, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31.12.2012. Goianésia (GO), 18 de março de 2013. Bruno Bachmann Maranhão - Diretor Presidente

44.764

SECRETARIA DA SAÚDE

JUCEG Junta Comercial do Estado de Goiás

CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 02/05/2013
SOB O NÚMERO: 52130764655
Protocolo: 13/076465-5
Empresa: 52 3 0000707 1
EMSA EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S/A
E SEGUROS-GERAL(SUBST) - JEAN CARLOS DE BARROS

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, na forma do inc. X, art. 33 da Lei Estadual nº 17.928/2012, considerando tudo o que consta no processo administrativo nº 2013.0001.000.3139, resolve RATIFICAR o procedimento de Dispensa de Licitação nº 015/2013 - SES/GO, com fulcro no artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, a empresa ELFA MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.053.134/0002-26, para o fornecimento de 4.320 comprimidos do fármaco Tosilato de Sorafenibe, na concentração de 200mg com rev. cl. bl. al. x 60, no valor unitário de R\$ 65,32 (sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos), perfazendo o montante de R\$ 282.182,40 (duzentos e oitenta e dois mil cento e oitenta e dois reais e quarenta centavos), consubstanciando no Ato de Dispensa de Licitação nº 015/2013 - SES/GO, avalizado pela Advocacia Setorial da SES/GO, por meio do Despacho nº 868/2013-AS/GAB/SES-GO. A entrega ocorrerá de forma total e imediata.

Secretaria de Estado da Saúde - SES/GO, em
Goiania, aos 26 dias do mês de abril de 2013.

Antonio Faleiros Filho
Secretário de Estado da Saúde de Goiás

SECRETARIA
DE ESTADO DA SAÚDE

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO - SES/GO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2013-SES/GO

Processo nº 201000010023974 autuado em 17/12/2010.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos em manutenção de pontos lógicos categoria 5e, com fornecimento de materiais, destinados a atender as demandas existentes na sede da Vigilância Sanitária da SES/GO, decorrente da Dispensa de Licitação nº 113/2011-CPL/SES, aberta em 15/09/2011, na forma da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e modificações posteriores, homologada pelo Secretário de Estado da Saúde, conforme Ato de Dispensa de 10/01/2012, tudo constante do processo administrativo.

Valor Total estimado: R\$ 7.703,42 (sete mil setecentos e três reais e quarenta e dois centavos)

Dotação Orçamentária: 213.28.50.10.304.1022.2222.03 Natureza da despesa: 3.03.90.39.36 Fonte do recurso: 23.

Contratante: Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde.

Vigência quanto à prestação dos serviços: 30 (trinta) dias contados a partir da data da efetiva entrega do empenho à contratada.

Vigência no que tange à garantia dos serviços e dos materiais utilizados: 12 (doze) meses contados a partir do recebimento definitivo dos serviços.

Nome dos signatários:

ALERTE MARTINS DE JESUS

Procurador do Estado e Chefe da Advocacia Setorial

ANTONIO FALEIROS FILHO

Secretário de Estado da Saúde

KMS INSTALAÇÕES BANCÁRIAS E COMERCIAIS LTDA-EPP

Contratada

SECRETARIA
DE ESTADO DA SAÚDE

Gerência de Licitações - GEL/SGPF-GO

PORTARIA Nº 132/2013-GAB/SES

ETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, usando das atribuições
de legalmente conferidas e considerando a necessidade de
preceito do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, e artigo
Estadual nº 17.928/2012, RESOLVE:

DESIGNAR o servidor Carlos Antônio Moreira, matrícula
545-2 CPF nº 374.856.101-63, cargo Executor

Administrativo, como GESTOR dos Contratos nºs 047/2013 e
048/2013-SES/GO, celebrado através do processo nº
200900010019238, entre o Estado de Goiás, por intermédio da
Secretaria de Estado da Saúde - SES/GO e as empresas Genética
Comércio, Importação e Exportação Ltda, inscrita no CNPJ nº
00.596.529/0001-10 e Becner Comércio de Máquinas e
Equipamentos para Serviços Ltda, inscrita no CNPJ nº
11.237.917/0001-20, cujo objeto é a aquisição de equipamentos para
implantação da técnica de RT-PCR em tempo real para diagnóstico
laboratorial das meningites bacterianas e do novo subtipo viral da
Influenza A (H1N1), conforme Ata da Sessão Pública do Pregão
Eletrônico nº 190/2012, constante às fls. 1.629/1.635 dos autos do
processo administrativo supracitado, nas quantidades e
especificações dispostas no Anexo I - Termo de Referência do Edital
de Pregão Eletrônico nº 190/2012.

Art. 2º - Atribuir ao referido Gestor a responsabilidade pela
fiscalização, acompanhamento e verificação da perfeita execução do
contrato, em todas as suas fases, até o recebimento do objeto,
compelindo-lhe, primordialmente, sob pena de responsabilidade:

I - anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução
do contrato, inclusive com a juntada de documentos, em ordem
cronológica, necessários ao bom acompanhamento do contrato,

determinando as providências necessárias à correção das falhas ou
defeitos observados com estabelecimento de prazo para a solução;

II - transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de
prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto,
quando for o caso e após autorização expressa da autoridade
superior;

III - dar imediata ciência formal a seus superiores dos incidentes e
das ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de
sanções ou a rescisão contratual;

IV - adotar as providências necessárias para a regular execução do
contrato;

V - promover, com a presença de representante do contratado, a
medição e verificação dos serviços e fornecimentos já efetuados,
atestando as notas fiscais/faturas ou outros documentos hábeis e
emitindo a competente habilitação para o recebimento de
pagamentos;

VI - manter controle dos pagamentos efetuados e dos saldos
orçamentário, físico e financeiro do contrato;

VII - verificar a qualidade dos materiais e/ou dos serviços entregues,
podendo exigir sua substituição ou refazimento, quando não
atenderem aos termos do que foi contratado;

VIII - esclarecer prontamente as dúvidas do contratado, solicitando
ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de
especialistas;

IX - acompanhar e controlar os prazos constantes do ajuste,
mantendo interlocução com o fornecedor e/ou prestador quanto aos
limites temporais do contrato;

X - manifestar-se por escrito às unidades responsáveis a respeito da
necessidade de adoção de providências visando à prorrogação do
prazo contratual, com antecedência de 150 (cento e cinquenta)
dias ao término de sua vigência;

XI - manifestar-se por escrito às unidades responsáveis, acerca da
necessidade de adoção de providências visando à deflagração de


EMSA - EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S.A.

CNPJ Nº. 17.393.547/0001-05 (NIRE: 5230000707-1) - COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO

RELATÓRIO DA DIRETORIA

A Diretoria da EMSA-EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, vem apresentar as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de Dezembro de 2012, bem como colocar à disposição dos interessados os documentos suporte e informações sobre essas Demonstrações, como determina a Lei 6.404/76 e alterações da Lei 11.638/07.

Aparecida de Goiânia, 18 de Abril de 2013.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2012	2011	2012	2011
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	21.064	20.655	22.656	20.885
Contas a Receber	8	56.693	88.863	81.977	104.179
Títulos/Direitos a Receber		163	365	163	403
Adiant. a fornecedores/fornecedores		3.191	1.441	3.231	1.474
Estoques	9	6.000	3.738	37.462	28.664
Impostos a Recuperar		122	835	165	1.061
Crédito com Obras Consorciadas	10	12.790	7.850	12.790	7.850
Crédito com Acionistas	11	—	15.904	—	15.904
Outros		1.933	2.274	4.714	5.330
Total Circulante		101.954	141.945	163.158	185.750
NÃO CIRCULANTE					
Contas a Receber	8	—	—	20.780	10.509
Crédito com Obras Consorciadas	10	12.559	8.214	12.559	8.214
Depósitos Judiciais	12	6.541	3.837	6.541	3.837
Provisão de Direito com Obras	13	270.115	216.447	270.115	216.447
Outros		158	176	162	241
		289.373	228.674	310.157	239.248
Adiant. p/Futuro Aum. Capital	14	4.699	6.995	—	—
Investimentos	15	213.739	198.812	215.741	217.745
Imobilizado	16	113.507	107.384	113.814	116.800
Intangível		—	—	29	—
		331.944	313.191	329.584	334.545
Total Não Circulante		621.317	541.865	639.741	573.793
TOTAL DO ATIVO		723.271	683.810	802.899	759.543

PASSIVO

CIRCULANTE	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2012	2011	2012	2011
Fornecedores	17	13.464	12.746	14.052	13.195
Adiantamento de Clientes		—	—	4.002	—
Empréstimos e Financiamentos	18	10.873	15.357	11.151	23.385
Salários e Encargos Sociais		6.531	5.812	7.257	6.094
Obrigações Tributárias		3.206	4.867	3.626	5.197
Reflexo a Receber	19	2.160	2.160	2.160	2.160
Obrigações c/Obras Consorciadas	21	4.039	5.487	4.039	5.487
Parcelamentos Fiscais	20	807	397	807	7.688
Lucros e Dividendos a Pagar	25.3	—	7.876	—	7.876
Obrigações com SCP		—	—	5.579	—
Outras Obrigações		575	943	627	1.307
Total Circulante		41.656	55.445	53.300	72.419
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	18	3.774	5.751	13.496	6.486
Impostos Diferidos	22	27.775	32.474	85.514	90.072
Reflexo a Receber	19	33.130	35.106	33.130	35.106
Parcelamentos Fiscais	20	4.640	2.945	4.640	2.942
Obrigações Tributárias		3.420	4.572	3.420	4.572
Contingências Fiscais/Trabalhistas	23	1.417	68	1.417	68
Obrigações c/Obras Consorciadas	21	7.644	21.507	7.644	21.507
Outras Obrigações		—	—	524	426
Total Não Circulante		81.800	102.423	149.785	181.182
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Integralizado	25.1	231.551	231.551	231.551	231.551
Reserva Legal	25.2	20.932	17.382	20.932	17.382
Ajuste de Avaliação Patrimonial	25.4	152.845	156.990	152.844	156.990
Reserva de Lucros		194.487	120.019	181.441	109.823
Patrimônio Líquido Controladora		599.815	525.942	586.768	515.746
Participações Minoritárias		—	—	13.047	10.196
Total Patrimônio Líquido		599.815	525.942	599.815	525.942
TOTAL DO PASSIVO		723.271	683.810	802.899	759.543

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2012	2011	2012	2011
Receita Operacional Líquida	26	348.925	371.538	398.488	403.493
Custo Operacional	27	(227.183)	(231.865)	(244.350)	(250.260)
Lucro Bruto		121.742	139.673	154.138	153.233
Despesas Operacionais					
Administrativas/Comerciais	28	(23.005)	(23.756)	(29.840)	(26.718)
Tributárias		(5.034)	(15.303)	(13.224)	(22.341)
Depreciações		(11.027)	(10.330)	(11.163)	(10.871)
Equivalência Patrimonial		15.053	12.538	—	—
Reversão de Provisão de Receita		(7.197)	(9.464)	(7.197)	(9.464)
Resultado Alienação de Ativos		321	560	321	560
Baixa de Ativos	29	(8.842)	(25.446)	(8.842)	(25.446)
Outras Receitas e Despesas		4.133	6.853	3.915	6.114
Resultado Operacional		85.545	75.326	86.108	65.066
Resultado Financeiro	30	(4.752)	(31.712)	(2.483)	(32.972)
Resultado antes do IRPJ e CSLL		80.793	43.614	83.625	32.094
Imposto de Renda e Contribuição Social	31	(9.799)	(10.450)	(10.816)	(11.116)
Lucro Líquido do Exercício		70.993	33.164	72.809	20.972
Atribuído a:					
Lucro Líquido Controladores		70.993	33.164	73.151	20.502
Lucro Líquido Não Controladores		—	—	1.675	470
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		70.993	33.164	74.827	20.972

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL	RESERVA LEGAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVA DE LUCROS	TOTAL	PARTECIPAÇÃO MINORITÁRIA	TOTAL
SALDO EM 31.12.2010	196.099	15.724	282.287	96.594	590.704	—	590.704
LUCRO DO EXERCÍCIO	—	—	—	33.164	33.164	—	33.164
ALÍQUOTA CAPITAL SOCIAL	35.452	—	—	35.452	—	—	35.452
RESERVA LEGAL	—	1.658	—	(7.876)	—	(7.876)	—
DIVIDENDOS OBRIGATORIOS	—	—	—	(7.876)	—	(7.876)	—
CONSTITUIÇÃO DE ATIVO BIOLÓGICO	—	—	176	—	176	—	176
REALIZAÇÃO CUSTO ATRIBUÍDO CONTROLADA	—	—	(1.650)	(8.927)	—	(1.650)	—
REALIZAÇÃO CUSTO ATRIBUÍDO CONTROLADA	—	—	(12.300)	(8.927)	—	(12.300)	—
AJUSTE DE DEPRECIAÇÃO CUSTO ATRIBUÍDO	—	—	(3.577)	(3.577)	—	(3.577)	—
REALIZAÇÃO RESERVA EQUIVALÊNCIA	—	—	(75.402)	(75.402)	—	(75.402)	—
REALIZAÇÃO RESERVA DE INVEST. CONTROLADAS	—	—	(36.121)	(36.121)	—	(36.121)	—
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	—	—	—	(10.196)	10.196	—	—
SALDO EM 31.12.2011	221.551	17.382	156.990	109.823	515.746	10.196	525.942
LUCRO DO EXERCÍCIO	—	—	—	70.993	70.993	—	70.993
DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS	—	—	—	(19.115)	—	(19.115)	—
RESERVA LEGAL	—	3.550	—	(3.550)	—	—	—
REALIZAÇÃO DE ATIVO BIOLÓGICO	—	—	(16)	(16)	—	(16)	—
REALIZAÇÃO CUSTO ATRIBUÍDO CONTROLADA	—	—	(144)	(144)	—	(144)	—
REALIZAÇÃO DEPRECIAÇÃO CUSTO ATRIBUÍDO	—	—	(3.983)	(3.983)	—	(3.983)	—
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	—	—	6.035	2.052	—	2.052
DESRECONHECIMENTO DE DIVIDENDOS OBRIGATORIOS 2011	—	—	—	12.229	12.229	—	12.229
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	—	—	—	7.876	7.876	—	7.876
SALDO EM 31.12.2012	231.551	20.932	152.844	181.441	586.768	13.047	599.815

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.

(Valores expressos em milhares de reais)

01. CONTEXTO OPERACIONAL

A EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S.A. (a seguir designada "Companhia", ou "EMSA") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social a exploração de serviços de construção civil, montagens elétricas, mecânicas, eletromecânicas, caldearia, terraplenagem, pavimentação, saneamento básico, montagens industriais, importação e exportação de serviços de engenharia e bens correlatos ao seu objetivo social. A Companhia atua também no gerenciamento, administração e execução de contratos de operação e concessão de obras e serviços públicos, inclusive os relativos à prestação de serviços de distribuição de água e saneamento básico, além de promover incorporações imobiliárias, próprias ou de terceiros, compra, venda, construção, locação, administração de imóveis em geral e participação acionária em outras sociedades.

A Companhia possui participação nas seguintes Companhias:

Petro Postos de Abastecimentos Ltda. - é uma sociedade limitada, que tem por objeto social o transporte rodoviário em geral de cargas sólidas e líquidas, embarques a granel, combustíveis e derivados de petróleo, a exploração de serviços de locação e arrendamento de veículos, compra e venda de combustíveis líquidos e gasosos, bem como óleos lubrificantes, acessórios para veículos autotransportados, e exploração de atividades de lanchonete, bar, restaurante, supermercado e lojas de conveniência. Além disso, convênios de lavagem (relativa de veículos automotores).

venda, construção, incorporação, locação e administração de imóveis, bem como a exploração de construção civil, montagens industriais e eletromecânicas, pavimentação, terraplenagem, saneamento básico e atividades afins, bem como gerenciamento, administração e execução de contratos de operação e concessão de obras e serviços públicos, e ainda participação societária em outras empresas.

EMSA Angola. - sucursal constituída conforme as leis angolanas com a finalidade de execução dos contratos de construção civil, firmados junto ao Governo de Angola.

Também tem participação indiretamente na:

GA Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. - é uma sociedade limitada, que tem por objeto social a instituição, implantação, implementação, exploração, compra, venda, e construção imobiliária do loteamento denominado Goiânia Golf Clube, bem como, participação em novas estruturas societárias com a finalidade de execução, operacionalização e/ou busca de financiamento do empreendimento Goiânia Golf Clube. A Sociedade firmou em 18 de setembro de 2007, contrato de parceria com a Companhia Masb Desenvolvimento Imobiliário S/A, que consiste na conjugação de esforços e interesses relativamente à reestruturação física, otimização e melhoria da comercialização e da apuração de resultados econômicos e financeiros do empreendimento imobiliário consistente do loteamento denominado "Goiânia Golf Clube", o presente contrato de parceria vigorará entre as partes conforme estabelecido pelo Parecer Normativo CST n.º 15, expedido pela CST em 23 de julho de 1984.

02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que seja declarado o contrário. Essas



EMSA - EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S.A.

CNPJ Nº. 17.393.547/0001-05 (NIRE: 5230000707-1) - COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO

Todos os valores são apresentados em reais, exceto de outro modo indicado, arredondados o valor mais próximo de mil reais ou milhares de reais.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração da Companhia em 08 de abril de 2013.

2.1. Base de preparação

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que seja declarado o contrário.

2.2. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$(reais), que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas e, também, a moeda de apresentação.

2.3. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

2.4. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações vigentes a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, exceto com relação à adoção do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em controladas em conjunto, ao invés de consolidação proporcional.

03. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em um instrumento com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização e com risco irrelevante de variação de valor de mercado.

3.2. Aplicações financeiras

Compreendem os investimentos financeiros com prazos de resgate superiores há 90 dias da data de aplicação, não considerados pela Administração da Companhia e suas controladas como sendo de liquidez imediata ou classificados para serem levados até a data de vencimento. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.3. Contas a receber de clientes e provisão para critérios de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por taxa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e de suas controladas para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 08.

3.4. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da Controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição. A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

3.5. Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável.

3.6. Impostos a recuperar

Basicamente compostos por créditos tributários decorrentes substancialmente de antecipações de tributos, atualizados monetariamente pelos índices oficiais, reduzidos de provisão para realização, quando necessário. A classificação no circulante e no não circulante reflete a expectativa de realização da Administração segundo as projeções de operações futuras da Companhia e suas controladas.

3.7. Arrendamentos

Os contratos de arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros ou arrendamentos operacionais no momento de sua contratação. Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferem substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesas do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

3.8. Licenças de Software

As licenças de uso de software e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas. Na avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

3.9. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído na data de transição para os CPCs, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16. Inclui ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.10. Impairment

De acordo com o CPC 01 - Redução do valor recuperável dos ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação. São revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Todos os itens do ativo imobilizado que apresentaram sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

3.11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios da Companhia e suas controladas, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

3.12. Salários e encargos sociais

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

3.13. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a receber é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto.

As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e suas controladas.

3.15. Tributos sobre a renda

A provisão para tributos sobre a renda da EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S.A. (controladora) está baseada no lucro tributável do exercício. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por Companhia com base nas alíquotas vigentes de lucro presumido, observadas as alíquotas fiscais de presunção válidas para cada controlada e coligadas, exceto pelas controladas Petro Postos de Abastecimento Ltda., e NTA Administração de Hangares Ltda., que são apuradas pelo regime de lucro real. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia e suas controladas são calculados da seguinte forma:

i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240 mil.

ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

A apuração dos tributos leva em consideração a opção pelo Regime Tributário de Transição (RTT).

O imposto de renda e contribuição social das controladas são calculados e registrados com base no resultado tributável e considerando as alíquotas previstas pela legislação para o regime de tributação pelo lucro presumido e real.

3.16. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores da forma contábil e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas, para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.17. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.18. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

3.19. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

04. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS-ESSENCIAIS

A Companhia realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas a seguir.

4.1. Estimativas e premissas

a) Vida útil dos ativos imobilizados

Os ativos imobilizados são amortizados ou depreciados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração a respeito do período em que os ativos gerarão receitas, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados como despesa na demonstração do resultado, em períodos específicos.

b) Processos legais

De acordo com os CPCs, a Companhia e suas controladas reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações financeiras. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações financeiras, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da Companhia e suas controladas. A aplicação desses princípios contábeis a litígios exige que a Administração da Companhia realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito além de seu controle.

A Companhia e suas controladas revisam as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e a cada data de elaboração de relatórios, visando avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações financeiras. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão: a natureza do litígio, a reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações financeiras, mas antes de serem emitidas), os pareceres ou opiniões dos consultores jurídicos, a experiência em casos semelhantes, e qualquer decisão da Administração da Companhia e de suas controladas sobre a forma como ela vai responder ao litígio, a reivindicação ou à autuação.

c) Reconhecimento das receitas

Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos e prestação de serviços, em particular, se a Companhia e suas controladas haviam transferido ao contratante os principais riscos e benefícios da propriedade. As receitas são reconhecidas também quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e suas controladas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

05. BASE DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data base e consistentes com as práticas contábeis descritas acima.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

As controladas foram consolidadas integralmente, com o respectivo cálculo da participação dos acionistas não controladores, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: (a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; (b) saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as Companhias consolidadas; e (c) receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as Companhias consolidadas.

Subsidiárias/Investidas	31/12/12	31/12/11
Petro Transportadora e Locadora Ltda	-	99,99%
Petro Postos de Abastecimento Ltda	99,78%	99,78%
NTA Administração de Hangares Ltda	3,11%	3,11%



EMSA - EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S.A.

CNPJ Nº. 17.393.547/0001-05 (NIRE: 5230000707-1) - COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO

161

06. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - GESTÃO DE RISCO

A Companhia e suas controladas estão expostas, em virtude de suas operações, aos seguintes riscos financeiros:

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro de suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco em que suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem das controladas na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação de suas controladas.

Risco operacional

O risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura de suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

Derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem contratos de troca de índices (SWAP) ou operações que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas às flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (hedge).

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Companhia e de suas controladas, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes: Contas a receber; Caixa em bancos; Fornecedores; e, Empréstimos bancários a taxas fixas. Seguem os resumos dos instrumentos financeiros mantidos por categoria:

Ativos financeiros	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Caixa e equivalentes de caixa	21.064	20.655	22.656	20.885
Contas a receber	56.893	88.883	102.757	114.686
Total de ativos financeiros	77.957	109.538	125.413	135.573

Passivos financeiros	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Fornecedores	13.464	12.746	14.052	13.190
Empréstimos e Financiamentos	14.647	21.106	24.647	29.871
Total de passivos financeiros	28.111	33.854	38.699	43.066

07. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Fundos de caixa	108	81	109	190
Bancos conta movimento	3.142	18.183	4.734	18.304
Aplicações Financeiras	16.720	-	16.719	-
Bancos conta movimento - consórcios	1.094	2.391	1.094	2.391
Total	21.064	20.655	22.656	20.885

08. CONTAS A RECEBER

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Contas a receber (a)	24.380	38.817	70.442	64.622
Médias a faturar (b)	34.860	53.799	34.860	53.799
Provisão provisória de liquidez duvidosa	(1.940)	(3.333)	(1.940)	(3.333)
Retenção de clientes	(607)	(400)	(606)	(400)
Ativo Circulante	56.893	88.883	91.777	104.179
Ativo Não Circulante	-	-	20.780	10.509
Total	56.893	88.883	102.757	114.686

a) O saldo de clientes a receber refere-se a serviços executados e faturados, registrados a valores históricos. Os valores consignados como contas a receber, são considerados pela administração como conservadores quanto à expectativa de recebimento.

b) Estão representados por serviços executados e ainda não faturados até o encerramento do exercício corrente.

09. ESTOQUES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Materiais para Obras (a)	6.000	3.738	6.000	3.738
Lotas para venda (b)	-	-	31.097	24.601
Combustíveis	6.000	3.738	37.462	28.664

a) São compostos de materiais aplicados nas obras de construção civil. Durante o exercício corrente, a administração da Companhia implementou controles internos nos estoques das obras, onde foram efetuados ajustes no saldo da conta em contrapartida do custo dos serviços prestados visando dar conformidade ao previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

b) São compostos de lotes destinados à venda da investida ACJ Construções e Incorporações S/A., registradas pelo custo de aquisição.

10. CRÉDITOS COM OBRAS CONSORCIADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Consórcio Mendes Júnior/Emasa/Artecon - Caesb	-	920	-	930
Consórcio CR Almeida/Via/Emasa - DNIT	576	574	576	574
Consórcio Emasa/Esco - Sabesp	1.836	1.918	1.836	1.918
Consórcio Egasa/Emasa - DNIT	20.235	12.508	20.235	12.508
Consórcio Emasa/M. Martins - DNIT	94	144	94	144
Consórcio Emasa/Egasa/Cros/Vilasa - DNIT	191	-	191	-
Consórcio Emasa/Atarpa	1.245	-	1.245	-
Consórcio Emasa/Loclec	1.172	-	1.172	-
Ativo Circulante	12.790	7.850	12.790	7.850
Ativo Não Circulante	12.559	8.214	12.559	8.214
Total	25.349	16.064	25.349	16.064

11. CRÉDITOS COM ACIONISTAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
AMC Construções e Participações S.A.(a)	-	15.904	-	15.904
Total	-	15.904	-	15.904

a) Referem-se a créditos com sua controladora, totalmente realizados no exercício corrente.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Controladora Consolidado

13. PROVISÃO DE DIREITOS COM OBRAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
CODEVASF	36.118	33.501	36.118	33.501
SEPLAN	58.977	35.331	58.977	35.331
INCR - TO	34.567	32.062	34.567	32.062
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA	-	1.761	-	1.761
CAESB - DF	11.904	14.198	11.904	14.198
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO	82.190	26.755	82.190	26.755
AGETOP-GO	3.769	3.496	3.769	3.496
PREFEITURA DE PORTO NACIONAL	5.036	3.451	5.036	3.451
DNIT	9.706	9.003	9.706	9.003
INEA-ANGOLA	32.134	77.043	32.134	77.043
SANEAGO	7.452	-	7.452	-
DNOCs-CE	12.542	-	12.542	-
CAGECE	593	549	593	549
SUPLAN-PB	1.152	-	1.152	-
Impostos Incidentes	(26.025)	(20.703)	(26.025)	(20.703)
Total	270.115	216.447	270.115	216.447

Representam os pleitos contratuais da controladora, oriundos de reajustamentos, atualizações monetárias, juros de mora sobre pagamentos de faturas em atraso, que estão em curso. Os referidos pleitos estão em fase de cobrança administrativa, e a Companhia entende que os créditos são passíveis de recebimento.

14. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
NTA Administração de Hangares Ltda.	4.329	1.490	-	-
ACJ Construções e Incorporações S/A	-	766	-	-
Petro Transportadora e Locadora Ltda.	-	4.710	-	-
Petro Postos de Abastecimento Ltda.	370	29	-	-
Total	4.699	6.995	-	-

15. INVESTIMENTOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
15.1 Participações societárias	179.017	164.090	-	-
15.2 Propriedades para investimentos	34.722	34.722	215.741	217.745
Total	213.739	198.812	215.741	217.745

15.1. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As participações societárias mantidas pela Controladora foram avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As principais informações sobre investimentos são:

INVESTIMENTOS AVALIADOS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL									
Empresa	Participação		Patrimônio Líquido da Investida (R\$ mil)		Equivalência (R\$ mil)		Valor Contábil Investimento (R\$ mil)		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
15.1.1 ACJ	99,99%	99,99%	66.185	50.581	21.296	3.516	66.179	50.586	
15.1.2 Petro Postos	99,78%	99,78%	269	325	(55)	(601)	270	324	
15.1.3 Filial Angola	100%	100%	(180)	6.086	(6.186)	4.636	-	6.086	
15.1.4 Saneatins	-	-	75.709	-	2	4.987	-	-	
Total Equivalência	-	-	66.274	56.972	15.062	12.538	66.449	56.990	
15.1.5 ACJ Eq. Reflexa	99,99%	99,99%	106.879	107.023	(144)	(17.781)	106.968	107.012	
Total Equiv. Reflexa	-	-	106.879	102.663	(144)	(17.781)	106.868	107.012	
INVESTIMENTOS AVALIADOS PELO MÉTODO DE AQUISIÇÃO									
15.1.6 Ag. Goiana Gás	-	-	-	-	-	-	121	112	
15.1.7 SGP Arso 52	-	-	-	-	-	-	5.579	-	
Total Geral	-	-	-	-	-	-	178.017	164.090	

15.1.1. ACJ CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES S/A

Pessoa jurídica de direito privado, responsável pela execução e gestão dos investimentos da Companhia, pertencentes à incorporação imobiliária, implantação de loteamentos e demais empreendimentos congêneres.

15.1.2. PETRO POSTOS DE ABASTECIMENTO LTDA

Pessoa jurídica de direito privado, atuando no comércio de compra e venda de combustíveis líquidos e gasosos, bem como óleos e lubrificantes em geral, acessórios para veículos automotores, e exploração de atividades de lanchonete, bar, restaurante e supermercado.

15.1.3. FILIAL ANGOLA

Sucursal constituída conforme as leis angolanas com a finalidade de execução dos contratos de construção civil, firmados junto ao Governo de Angola.

15.1.4. SANEATINS - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS

Investimento na controlada SANEATINS - Companhia de Saneamento do Tocantins, conforme Contrato nº 417/98, firmado junto ao Governo do Estado do Tocantins, no âmbito do Programa Estadual de Desestatização, instituído pela Lei nº 921 de 11 de agosto de 1997 e Lei nº 1.016/1998, publicada no Diário Oficial do Estado em 20 de novembro de 1998, onde a Companhia adquiriu participação na SANEATINS - Companhia de Saneamento do Tocantins. Contudo no exercício de 2011 a participação total na controlada Saneatins foi restituída para a controladora AMC Construções e Participações S/A, através de restituição de capital social realizada através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de Maio de 2011.

15.1.5. ACJ - EQUIVALÊNCIA REFLEXA

A controlada ACJ Construções e Incorporações S/A, reconhece o ganho de valorização de suas propriedades para investimentos, registrando o ganho em conta específica dentro do Patrimônio Líquido. Por sua vez, a investidora EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S/A, registrou o acréscimo proporcional em conta específica dentro de seu Patrimônio Líquido, não interferindo no resultado de equivalência patrimonial elevada em virtude dos lucros gerados pela controlada.

15.1.6. AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO

A Companhia possui investimentos avaliados pelo método do custo de aquisição, que se refere à empresa, AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A.

15.1.7. SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÕES ARSO 52

A Companhia possui investimento na Sociedade em Conta de Participações ARSO 52, a qual possui como objeto a exploração do empreendimento imobiliário denominado "Loteamento ARSO 52", localizado na ARSO 52 em Palmas, no Tocantins, que compreende a execução da infraestrutura e aparelhamento urbano do loteamento.

15.2. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

A Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis em seu pronunciamento técnico sob o nº 28 e com correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 40, promoveu adequação para o valor justo de seus imóveis para investimento. A Companhia contratou a CÂMARA DE VALORES IMOBILIÁRIOS DO ESTADO DE GOIÁS, com CNPJ sob o nº 01.804.586/0001-66, CREA/GO 618/R-15º região, empresa especializada para avaliação dos imóveis para investimento, conforme a legislação específica aplicável. Os Métodos e pressupostos significativos, aplicados na determinação do valor justo de propriedade para investimento, o Método comparativo de dados de mercado, Método Evolutivo e o Método de Renda, tal como definidos pelo Instituto Brasileiro de Avaliação e Perícias - IBAP, de acordo com os procedimentos gerais da Norma de Avaliação de Bens - NBR 14653-1:2001 e as especificações na parte 2 - NBR 14653, para Imóveis Urbanos, glebas Urbanizáveis e servidões urbanas. O que define o valor através da comparação com dados de mercado semelhantes quanto às características intrínsecas e extrínsecas. As características dos atributos dos dados pesquisados que exercem influência na formação do valor, devem ser ponderados por homogeneização ou por inferência estatística, respeitando os níveis de fundamentação e precisão definidos nessa norma.

Propriedades para Investimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11



EMSA - EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S.A.

CNPJ Nº. 17.393.547/0001-05 (NIRE: 5230000707-1) - COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Imposto de Renda (a)	1.240	1.498	1.825	1.498
Contribuição Social (a)	669	809	985	809
Cofins (a)	1.859	3.708	2.736	3.708
PIS (a)	403	803	593	803
Imposto de Renda Ganho Avaliação Patrimonial (b)	8.410	8.410	48.894	48.949
Contribuição Social Ganho Avaliação Patrimonial (c)	3.027	3.027	17.601	17.621
Imposto de Renda Custo Atribuído (d)	8.946	10.455	8.946	10.816
Contribuição Social Custo Atribuído (e)	3.221	3.764	3.221	3.856
Outros Tributos	-	-	713	2.012
	27.775	32.474	85.514	90.872

- a) A Controladora adota a faculdade fiscal estabelecida pela legislação vigente, que autoriza e admite o diferimento no recolhimento de impostos e contribuições federais, incidentes e decorrentes de contratos de empreitada para execução de obras civis de engenharia mantidos com entidades governamentais e sociedades de economia mista, para quando do efetivo recebimento dos valores efetuados pela Companhia junto a esses órgãos contratantes.
- b) A Controladora e as controladas constituíram provisão de IRPJ da possível realização de seus imóveis para investimentos no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o ganho de capital.
- c) A Controladora e as controladas constituíram provisão de CSLL da possível realização de seus imóveis para investimentos no percentual de 9% (nove por cento) sobre o ganho de capital.
- d) A Controladora e as controladas constituíram provisão de IRPJ da possível realização de seus imóveis operacionais no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o ganho de capital.
- e) A Controladora e as controladas constituíram provisão de CSLL da possível realização de seus imóveis operacionais no percentual de 9% (nove por cento) sobre o ganho de capital.

23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
FISCALIS	67	68	68	68
TRABALHISTAS	1.350	-	1.350	-
	1.417	68	1.418	68

A seguir demonstramos a movimentação das contingências no exercício de 2012:

	2011	Adições	Reduções	2012
FISCALIS	68	-	(1)	67
TRABALHISTAS	-	1.350	-	1.350
	68	1.350	(1)	1.417

A Companhia é parte em outras ações judiciais e administrativas para as quais a expectativa de perda é possível. Neste contexto, a Administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para eventuais perdas. Baseada nestas avaliações, a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a sua defesa. A necessidade da constituição de provisão é analisada periodicamente. Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, com expectativa de perda possível, estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
TRABALHISTAS	4	4	4	4
CÍVEIS	121	136	121	136
TRIBUTÁRIAS	848	48	848	48
	173	188	173	188

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração da Companhia identificou como partes relacionadas, outras empresas ligadas aos mesmos sócios da empresa, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições legais.

a) Remuneração da pessoal-chave da Administração

Conforme AGE de 03 de dezembro de 2012 ficou decidido por unanimidade a continuidade da prática de não remunerar os diretores para o mandato eletivo para os próximos 3 (três) anos.

b) Controladoras

A EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S/A é subsidiária da Companhia AMC Construções e Participações S/A e controladora das empresas: ACJ Construções e Incorporações S/A e Petro Postos de Abastecimento Ltda.

c) Transações realizadas com empresas ligadas

A Companhia efetuou operações com partes relacionadas, por meio de antecipações de dividendos, devidamente compensadas com a reserva de lucro em 31 de dezembro de 2012, cujo montante está demonstrado a seguir:

Descrição	Ativo não circulante	
	2012	2011
AMC CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A	-	15.904
	-	15.904

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital social da Controladora

O capital social da Controladora é de R\$ 231.551.180,00 (duzentos e trinta e um milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, cento e oitenta reais) e está representado por 7.197.786 (sete milhões, cento e noventa e sete mil, setecentas e oitenta e seis) ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal.

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS	CAPITAL SOCIAL (R\$ mil)	%
Arnival Crosara	72.746	2.587	1,12%
Arnival Crosara Junior	72.745	2.586	1,11%
Adriano José Correa Crosara	1	1	0,01%
AMC Construções e Participações S/A	7.052.294	226.377	97,76%
TOTALS	7.197.786	231.551	100,00%

25.2. Reserva Legal

Constituída inicialmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício observando os limites estabelecidos em lei.

25.3. Destinação do lucro

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo obrigatório, a cada exercício social, de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada abaixo. Foi contabilizada nas demonstrações financeiras somente a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório. O montante adicional a esse valor depende de aprovação em assembleia de acionistas e será contabilizada somente após essa aprovação:

Dividendos Obrigatórios		2012 (R\$ mil)	2011 (R\$ mil)
Lucro líquido do exercício		70.993	33.164
Constituição da reserva legal		(3.550)	(1.658)
Base de cálculo para distribuição de dividendos		67.443	31.506
Percentual de dividendos obrigatórios		25%	25%
Dividendos Antecipados		(19.115)	-
Total de dividendos propostos		-	7.876

25.4. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Descrição		2012 (R\$ mil)	2011 (R\$ mil)
Custo Atribuído - Controladora (a)		23.818	27.601
Propriedade para investimento - Controladora (b)		22.201	22.201
Propriedade para investimento - Controladas (c)		106.967	107.012
Ativo Biológico		159	176
Total		152.845	156.990

(a) Custo atribuído de veículos, máquinas e edificações constituída no exercício de 2010.

(b) Propriedade para investimento de imóveis para valorização.

(c) Propriedade para investimento de imóveis para valorização na controlada ACJ Construções e Incorporações S.A.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receita de Serviços Prestados	307.918	300.693	401.051	434.277
Provisão de Receita (a)	60.865	98.290	-	-
(-) Vendas Canceladas	-	-	(586)	(1.432)
(-) Dedução sobre a Receita	(19.858)	(20.585)	(1.977)	(22.483)
(-) Descontos incondicionais	-	-	(6.860)	(6.860)
	348.925	371.538	398.488	403.492

a) Representados por correção do exercício de 2012 referentes aos pleitos, atualizações monetárias e juros por atraso no recebimento de faturas de serviços prestados a órgãos públicos e impostos incidentes sobre atualizações monetárias e juros correspondentes às provisões de direito de obras, conforme nota explicativa nº 13.

27. CUSTO OPERACIONAL

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Materiais Operacionais	(51.865)	(41.065)	(84.500)	(53.180)
Transportes	(1.692)	(3.430)	(4.687)	(3.430)
Subempregados	(8.785)	(7.417)	(8.785)	(7.417)
Locações/Arrendamentos	(4.295)	(5.052)	(4.295)	(5.052)
Manutenção de Veículos de Transporte	(15.389)	(18.129)	(15.389)	(20.821)
Mão de Obra	(61.251)	(65.201)	(62.728)	(67.465)
Gerais	(2.899)	(4.767)	(2.899)	(6.091)
Custo Consórcios	(109.546)	(92.899)	(109.546)	(92.899)
Apropriação Custo/Estoque	28.519	5.895	28.519	5.895
	(227.183)	(231.865)	(244.350)	(250.296)

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS/COMERCIAIS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Materiais de Consumo	(287)	(1.211)	(2.525)	(2.423)
Mão de Obra	(13.289)	(14.882)	(15.399)	(16.210)
Despesas Gerais	(9.429)	(7.953)	(11.915)	(8.085)
	(23.005)	(23.796)	(29.840)	(26.718)

29. BAIXA DE ATIVOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Baixa de Provisão Direitos c/Obras	-	(11.570)	-	(11.570)
Baixa de Investimento (a)	(6.691)	-	(6.691)	-
Baixa de Contas a Receber	(1.228)	(13.878)	(1.228)	(13.878)
Baixa de Imobilizado por perda	(925)	-	(925)	-
	(8.844)	(25.448)	(8.844)	(25.448)

a) Refere-se a baixa do investimento junto a sociedade Petro Transportadora e Locadora Ltda., devido sua liquidação no exercício corrente.

30. RESULTADOS FINANCEIROS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Atualização Contratual	-	-	3.022	982
Rendimentos Aplicação Financeiras	725	-	725	-
Variação Câmbial Ativa	1.397	664	1.397	664
Descontos Obtidos	740	-	740	-
Outras Receitas Financeiras	240	694	719	932
Juros e Juros	(769)	(881)	(621)	(754)
Juros sobre Financiamentos	(1.203)	-	(1.203)	-
Descontos Concedidos	(1.100)	-	(1.100)	-
Juros sobre Empréstimos Bancários	(1.665)	(26.890)	(1.665)	(29.408)
Juros sobre Parcelamentos	(1.839)	(1.224)	(1.839)	(1.224)
Variação Câmbial Passiva	-	(1.805)	-	(1.805)
Comissão Financeira	(817)	-	(817)	-
Outras Despesas Financeiras	(445)	(295)	(1.805)	(1.001)
	(4.752)	(31.712)	(2.463)	(32.978)

31. CONCILIAÇÃO DO IRPJ E CSLL

Descrição	Base de cálculo	Alíquota Presunção	Controladora		Consolidado	
			31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Imposto de renda	307.918	2,00%	6.318	6.869	6.908	7.150
Contribuição Social	307.918	1,08%	3.481	3.591	3.910	3.998
			9.799	10.460	10.818	11.148

32. SEGUROS

Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S/A.
Aparecida de Goiânia - GO



Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S/A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e resultado abrangente e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com modificação.

Base para opinião com ressalva por limitação

Conforme nota explicativa nº 9, o saldo do estoque constituído pela Companhia, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE GO**

Certidão n.º: GO/2013/00072778

Nome: ELBERTH TIAGO LOPES CPF: 936.141.361-91

CRC/UF n.º GO-015066/O Categoria: CONTADOR

Validade: 23.01.2014

Finalidade: BALANÇO PATRIMONIAL, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL

Confirme a existência deste documento na página www.crcgo.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : 936.141.361-91 Controle : 9247.6264.2699.7038

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2013

O Município de São João d'Aliança-GO torna pública a realização de Licitação na modalidade Pregão Presencial, conforme as Leis 10.520/02 e 8.666/93. Objeto: Locação de caminhão com motorista para coleta de lixo. Data de abertura 21/05/2013 às 10:00hs na sede da Prefeitura, sítio, Rua Goiás, 629 - Centro - Fone (62) 3438-1944, Sala da Comissão. Edital a ser obtido junto à Comissão, durante o horário de expediente, ou através do site: www.saojoaodalianca.go.gov.br. São João d'Aliança, 06 de maio de 2013. Andreia Abbes - Pregoeira. 45.038

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA-GO
AVISO DE JULGAMENTO PREGÃO
PRESENCIAL 010/2013

A Prefeitura Municipal de São João d'Aliança - GO comunica aos interessados que o pregão presencial n.º 010/2013, objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS foi julgado a favor de: CONSULPLAN CONSULTORIA LTDA. São João d'Aliança - GO, 06 de maio 2013. Andreia Abbes - Pregoeiro. 45.038

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA-GO
AVISO DE JULGAMENTO PREGÃO
PRESENCIAL 011/2013

A Prefeitura Municipal de São João d'Aliança - GO comunica aos interessados que o pregão presencial n.º 011/2013, objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA foi julgado a favor de: BERTHIE DORNELAS DOS REIS. São João d'Aliança - GO, 06 de maio 2013. Andreia Abbes - Pregoeiro. 45.038

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA-GO
AVISO DE JULGAMENTO PREGÃO
PRESENCIAL 012/2013

A Prefeitura Municipal de São João d'Aliança - GO comunica aos interessados que o pregão presencial n.º 012/2013, objeto: CONTRATAÇÃO PSICÓLOGA PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO foi julgado a favor de: ANA CAROLINE ALVES BRANDÃO. São João d'Aliança - GO, 06 de maio 2013. Andreia Abbes - Pregoeiro. 45.038

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA-GO
AVISO DE JULGAMENTO PREGÃO
PRESENCIAL 013/2013

A Prefeitura Municipal de São João d'Aliança - GO comunica aos interessados que o pregão presencial n.º 013/2013, objeto: CONTRATAÇÃO NUTRICIONISTA PARA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL foi julgado a favor de: LUCIANA INACIO PEREIRA. São João d'Aliança - GO, 06 de maio 2013. Andreia Abbes - Pregoeiro. 45.038

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA-GO
AVISO DE JULGAMENTO PREGÃO
PRESENCIAL 014/2013

A Prefeitura Municipal de São João d'Aliança - GO comunica aos interessados que o pregão presencial n.º 014/2013, objeto: CONTRATAÇÃO PSICÓLOGA PARA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL foi julgado a favor de: LARICE GONÇALVES DOS REIS. São João d'Aliança - GO, 06 de maio 2013. Andreia Abbes - Pregoeiro. 45.038

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA-GO
AVISO DE JULGAMENTO PREGÃO
PRESENCIAL 015/2013

A Prefeitura Municipal de São João d'Aliança - GO comunica aos interessados que o pregão presencial n.º 015/2013, objeto: CONTRATAÇÃO ASSISTENTE SOCIAL PARA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL foi julgado a favor de: ANA PAULA DA COSTA. São João d'Aliança - GO, 06 de maio 2013. Andreia Abbes - Pregoeiro. 45.038

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA-GO
AVISO DE JULGAMENTO PREGÃO
PRESENCIAL 016/2013

A Prefeitura Municipal de São João d'Aliança - GO comunica aos interessados que o pregão presencial n.º 016/2013, objeto: LOCAÇÃO E GERENCIAMENTO DE SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COM TREINAMENTO DE USUÁRIO foi julgado a favor de: SUNAMITA KESIA GOMES DE OLIVEIRA. São João d'Aliança - GO, 06 de maio 2013. Andreia Abbes - Pregoeiro. 45.038

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA-GO
AVISO DE JULGAMENTO PREGÃO
PRESENCIAL 017/2013

A Prefeitura Municipal de São João d'Aliança - GO comunica aos interessados que o pregão presencial n.º 017/2013, objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS foi julgado a favor de: SUPERMERCADO E EVANIO FERREIRA DA SILVA. São João d'Aliança - GO, 06 de maio 2013. Andreia Abbes - Pregoeiro. 45.038

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA-GO
AVISO DE JULGAMENTO PREGÃO
PRESENCIAL 018/2013

A Prefeitura Municipal de São João d'Aliança - GO comunica aos interessados que o pregão presencial n.º 018/2013, objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS foi julgado a favor de: SUPERMERCADO E EVANIO FERREIRA DA SILVA. São João d'Aliança - GO, 06 de maio 2013. Andreia Abbes - Pregoeiro. 45.038

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA-GO
AVISO DE JULGAMENTO PREGÃO
PRESENCIAL 006/2013

A Prefeitura Municipal de São João d'Aliança - GO comunica aos interessados que o pregão presencial n.º 006/2013, objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE para o exercício do ano de 2013 foi julgado a favor de: ALCILENE JALES DE LIRA - ME, PALEMA SERVIÇOS E PRODUTOS PARA INFORMATICA LTDA - EPP, PAPELARIA TRIBUTARIA LTDA. São João d'Aliança - GO, 06 de maio 2013. Andreia Abbes - Pregoeiro. 45.038

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA-GO
AVISO DE JULGAMENTO PREGÃO
PRESENCIAL 007/2013

A Prefeitura Municipal de São João d'Aliança - GO comunica aos interessados que o pregão presencial n.º 007/2013, objeto: locação de veículo com capacidade mínima para 07 (sete) passageiros com a finalidade de transportar pessoas com extrema necessidade e comprovado estado de pobreza para realização de exames e consultas marcadas através do sistema SISREG e SMS foi julgado a favor de: JOAQUIM RICARDO DE SOUSA MONTEIRO. São João d'Aliança - GO, 06 de maio 2013. Andreia Abbes - Pregoeiro. 45.038

Fundo Municipal de Saúde

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INACIOLÂNDIA
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 003/2013
ERRATA

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INACIOLÂNDIA, com fundamento na Lei nº 8.866/93, de 21.06.1993, alterada pelas Leis nº 8.883 de 08.06.1994, 9.032, de 28.04.1995 e 9.048, de 27.05.1998, e considerando as exigências contidas na Decisão Plenária nº 28/00 e Resolução Normativa nº 001/01 e 017/98, exaradas pelo Tribunal de Contas dos Municípios, faz saber que está cadastrando laboratório de análise clínicas para atuação na área de saúde, no dia 14 de maio de 2013, às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, em horário de expediente, conforme especificações constantes do edital completo, o qual se encontra a disposição dos interessados, a partir da publicação deste na imprensa, em horário de funcionamento da Prefeitura, e no link: <http://www.portaltransparencia.inf.br/inaciolandia/licitacoes>. Inaciolândia, 03 de maio de 2013. Presidente da Comissão de Licitação. 45.038

PUC Goiás

Comunicamos a Celebração do Convênio assinado no dia 19/03/2013, entre a Pontifícia Universidade Católica de Goiás e a AGENCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA-EMATER. Objeto: Estágio Obrigatório e Não Obrigatório para os discentes da PUC Goiás.



45.021

Fesurv

FESURV - UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2013 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO Nº 2013007056(040/2013)
A FESURV - Universidade de Rio Verde, Estado de Goiás, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 27 de maio de 2013 às 08 horas, Licitação Pública na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Por Item, tendo por objeto a contratação de empresa para fornecimento de materiais de pintura, de forma estimativa, que serão utilizados pela Granja Escola e o Departamento de Manutenção e Obras da FESURV - Universidade de Rio Verde, durante o exercício de 2013, conforme especificações do Edital. Os interessados obterão o Edital e maiores informações pelo site: www.fesurv.br ou no Auditório do Bloco Administrativo da FESURV - Universidade de Rio Verde, com endereço: Campus Universitário - Fazenda Fontes do Saber, Rio Verde - Goiás, fone (64) 3.611-2267, em horário de expediente: 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Rio Verde - Goiás, 06 de maio de 2013. Mayko Roberto Damasceno Souza - Pregoeiro

FESURV - UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
AVISO DE ERRATA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2013 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Av. Vicente de Paula Souza, nº 67, Centro
Aparecida de Goiânia - GO
Fone: (62) 3283-1105
Bel. Heber Hur Cordeiro de Souza

oás, torna
a Licitação
do tipo Menor
Preço por Item
(s) para
o de bens
e serviços
de 13:00 às

22 de maio
e maiores
do Bloco
Administrativo -
Fazenda Fontes do
Saber - (64)
às 13:00 às

FESURV - UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
AVISO DE ERRATA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2013 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO Nº 2013012433(037/2013)
A FESURV - Universidade de Rio Verde, Estado de Goiás, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação Pública na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Por Item, tendo por objeto a contratação de empresa(s) para fornecimento estimativo de madeiras e assemelhados, que serão utilizados em reparos e manutenção das instalações da Universidade e da Granja Escola, durante o exercício de 2013, conforme especificações do Edital. ERRATA: ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA: Onde se lê: 16 de maio de 2013 as 08 horas. Leia-se 23 de maio de 2013 as 08 horas. Os interessados obterão o Edital e maiores informações pelo site: www.fesurv.br ou no Auditório do Bloco Administrativo da Universidade, situado no Campus Universitário - Fazenda Fontes do Saber, Rio Verde - Goiás, Fone contato: (64) 3611-2267, em horário de expediente: 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Rio Verde - Goiás, 06 de maio de 2013. Mayko Roberto Damasceno Souza - Pregoeiro

EMSA



EMSA - EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S/A
CNPJ (MF) Nº 17.393.547/0001-05
NIRE: 523.0000.707-1

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2013

I. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLÉIA: Às 10h do dia 30 de Abril de 2013, na sede da companhia, localizada na Rodovia BR-153, km 504,6, Zona Industrial, Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74911-410.

II. QUORUM: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, quais sejam, ADRIANO JOSÉ CORREA CROSARA ANNIBAL CROSARA, ANNIBAL CROSARA JUNIOR e AMC CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A, neste ato representada por seu Diretor Presidente ANNIBAL CROSARA JUNIOR, conforme Lista de Presença, devidamente arquivada na sede da Companhia, em livro Próprio.

III. CONVOCAÇÃO: dispensada, nos termos do §4º, do art. 124, da Lei nº 6.404/76.

IV. MESA: Presidente: Adriano José Correa Crosara
Secretário: Elberth Tiago Lopes

V. ORDEM OU PAUTA DO DIA:

- Deliberar sobre as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012;
- Aprovação da proposta da Diretoria acerca da destinação do lucro acumulado pela Companhia no exercício;
- Outros assuntos de interesse da Companhia.

VI. RESOLUÇÕES APROVADAS EM CARÁTER ORDINÁRIO:

- Aprovação, pela unanimidade dos acionistas, das contas prestadas pelos administradores da Companhia, bem como das Demonstrações Financeiras da mesma, referentes ao exercício findo em 31.12.2012, e do Relatório dos Auditores Independentes da empresa de auditoria independente BDO RCS Auditores Independentes S.S., publicadas nos periódicos "Diário da Manhã" e "Diário Oficial do Estado de Goiás", ambos no dia 30 de Abril de 2013, oportunidade em que os acionistas presentes declaram estarem cientes da publicação dessas Demonstrações Financeiras ocorrida no dia 30 de Abril de 2013 nos jornais Diário da Manhã e no Diário Oficial do Estado de Goiás;
- Aprovação, por unanimidade dos acionistas presentes, após a constituição das reservas legais e estatutárias, seja distribuído aos acionistas, o montante de R\$ 19.114.509,65 (dezenove milhões, cento e quatorze mil, quinhentos e nove reais e sessenta e cinco centavos), proveniente dos lucros do exercício de 2012 e o saldo restante dos lucros acumulados do exercício findo em 31.12.2012, seja apropriado pela companhia na conta de "Reserva de Lucros" da mesma.

VII. LAVRATURA E LEITURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, deram por encerrada a assembleia, tendo-se antes feito lavrar a presente Ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos acionistas presentes.

VIII. ACIONISTAS PRESENTES: ADRIANO JOSÉ CORREA CROSARA, ANNIBAL CROSARA, ANNIBAL CROSARA JUNIOR e AMC CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A, neste ato representada por seu Diretor Presidente ANNIBAL CROSARA JUNIOR.

A presente ata é cópia fiel da Ata Sumária da Assembleia Geral Ordinária de EMSA - EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S.A., realizada em 30.04.2013, lavrada em Livro próprio.

Adriano José Correa Crosara
Presidente
Annibal Crosara Junior
Acionista
Annibal Crosara Junior
Acionista
AMC - Construções e Participações S/A.
Annibal Crosara Junior - Diretor Presidente

Annibal Crosara
Acionista
Elberth Tiago Lopes
Secretário

JUCEG - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS
REGISTRO Nº 52130764663 - 02/05/2013
JEANE G. X. DE BARROS
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS

Memória de Cálculo da Qualificação Econômico-Financeira da Empresa
Valores expressos em milhares de reais

AC	=	Ativo Circulante	R\$	101.954			
RLP	=	Realizável a Longo Prazo (**)	R\$	289.373			
PC	=	Passivo Circulante	R\$	41.656	-	2.160(*)	= 39.496
ELP	=	Exigível a Longo Prazo (**)	R\$	81.800	-	33.130(*)	= 48.670
AT	=	Ativo Total	R\$	723.271			

a) Índice de Liquidez Geral (ILG)

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

$$ILG = \frac{101.954 + 289.373}{39.496 + 48.670} = \frac{391.327}{88.166}$$

$$ILG = 4,44$$

b) Índice de Liquidez Corrente (ILC)

$$ILC = AC / PC$$

$$ILC = \frac{101.954}{39.496}$$

$$ILC = 2,58$$

c) Índice Geral de Endividamento (IGE)

$$IGE = (PC + ELP) / AT$$

$$IGE = \frac{39.496 + 48.670}{723.271} = \frac{88.166}{723.271}$$

$$IGE = 0,12$$

(*) Refis - Conforme o Artigo 14 da Lei 9.964 de 10 de Abril de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 11/04/2000.

(**) Em atendimento a Lei 11.941/09 que altera o Artigo 178, Parágrafos 1º e 2º da Lei 6.404/76, as contas representativas do Ativo Realizável a Longo Prazo são: Crédito com Obras Consorciadas, Depósitos Judiciais, Provisão de Direitos com Obras e Outros, e as contas representativas do Passivo Exigível a Longo Prazo são: Empréstimos e Financiamentos, Impostos Diferidos, Parcelamentos Fiscais, Obrigações Tributárias, Contingências Fiscais/Trabalhistas e Obrigações com Obras Consorciadas.

Declaramos que os índices contábeis acima foram extraídos do último Balanço Patrimonial da empresa, encerrado em 31/12/2012.

Aparecida de Goiânia-GO., 27 de dezembro de 2013.

Adriana
Adriana Monteiro Rocha Franco
 Engº. Civil CREA/GO 11915/D

Elberth Tiago Lopes
Elberth Tiago Lopes
 Contador - CRC - GO 015066/O-6
 CPF 936.141.361-91

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE GO**

Certidão n.º: GO/2013/00072776
Nome: ELBERTH TIAGO LOPES CPF: 936.141.361-91
CRC/UF n.º GO-015066/O Categoria: CONTADOR
Validade: 23.01.2014
Finalidade: OUTRAS

Confirme a existência deste documento na página www.crcgo.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : 936.141.361-91 Controle : 1758.3920.1521.2142

2/10

Handwritten signature





ESTADO DE GOIAS
PODER JUDICIARIO
COMARCA DE APARECIDA DE GOIANIA

FLS: 01

CERTIDÃO PARA LICITAÇÃO PUBLICA

(LEI 8.666/93 ALTERADA PELA LEI 8.883/94)

BEL GERALDO ESTEVAM DE SOUZA,
ESCRIVÃO(A) DO(A) CARTORIO
DISTRIBUIDOR DA COMARCA DE
APARECIDA DE GOIANIA, ESTADO
DE GOIAS, NA FORMA DA LEI,
ETC.

Certifica, atendendo a requerimento parte interessada, que revendo em Cartorio o seu banco de dados computadorizado, os livros, fichas, papéis, e demais assentamentos do Cartorio Distribuidor Cível, verificou dos mesmos inexistir em desfavor da empresa:

Identificação

Requerente : EMSA - EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S A
CGC : 17.393.547/0001-05
Estabelecida : APARECIDA DE GOIANIA - GO

ações de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, até a presente data, ressalvada a existência de ações cíveis de outra natureza.

Nada mais. Era o que tinha a certificar relativamente ao que foi requerido, do que se reporta e da fé.

APARECIDA DE GOIANIA, 4 de dezembro de 2013

COMARCA DE APARECIDA DE GOIANIA

CARTORIO DISTRIBUIDOR

Valor da Certidão..... R\$ 23,37
Valor Taxa Judiciaria.. R\$ 10,10
Total..... R\$ 33,47

DATA DA RECEITA.....

A taxa Judiciaria foi recolhida

Atraves da Guia no..... 14064467.9

10-01-58 APA099 3653196

**CARTÓRIO
SOUZA**

Av. Vicente de Paula Souza, nº 67, Centro
Aparecida de Goiânia - GO
Fone: (62) 3283-1105
Bel. Heber Hur Cordeiro de Souza

2º TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS E PROTESTOS

00471312031714026001211 - Consulte em <http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>

A presente fotocópia corresponde com o original.

Aparecida de Goiânia, 05 de dezembro de 2013 - 15:31:32h

Emolumentos: R\$2,34, total: R\$2,34. 39075A.

Em testamento da verdade

CARTÓRIO SOUZA
2º TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS E PROTESTOS

Av. Vicente de Paula Souza, nº 67, Centro
Aparecida de Goiânia - GO
Fone: (62) 3293-1105
Bel. Heber Hur Cordeiro de Souza

00471312931714026093242 - Consulte em <http://extrajudicial.tgo.jus.br/selo>
A presente fotocópia corresponde com o original.
Aparecida de Goiânia, 11 de dezembro de 2013 - 10:14:36h
Emolumentos: R\$2,34; total: R\$2,34. 420865

Em testemunho da verdade

Denize Alvas de Araújo Campos - Suboficial Escrevente

PODER JUDICIÁRIO



corregedoria
geral da justiça
do estado de goiás

CERTIDÃO N° 881/2013

A Divisão de Gerenciamento de Estatística da
Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás,
na forma da Lei, ...

CERTIFICA, a requerimento da empresa **EMSA – EMPRESA SUL**

AMERICANA DE MONTAGENS S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.393.547/0001-05, estabelecida na Rodovia BR 153, Km 504,6, Zona Industrial, Aparecida de Goiânia - Go., que na **COMARCA DE APARECIDA DE GOIÂNIA** existem as seguintes Serventias: 01 (um) REGISTRO DE IMÓVEIS E TABELIONATO 1º DE NOTAS, sendo titular Maria Elias Melo; 01 (um) REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS E PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS, sendo titular Heber Hur Cordeiro de Souza; 01 (um) REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS, sendo respondente Ben Hur Cordeiro de Souza; 02 (duas) ESCRIVANIAS DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, sendo titulares: da 1ª Wilmara Aparecida Borges Camargo Zava e da 2ª Roberto Gondim Filho; 05 (cinco) ESCRIVANIAS CÍVEIS, sendo titulares: da 1ª, Ione Aparecida Batista; da 2ª, Wilza Maria de Oliveira; da 3ª Antônio Cabral de Melo Neto; da 4ª Marcos Antônio Guerra e da 5ª Bem Hur Rodrigues Marega; 04 (quatro) ESCRIVANIAS DO CRIME, sendo titulares/respondentes: da 1ª, Cristiane Pinho de Oliveira; e da 2ª, Marta Gomes Machado, da 3ª, Maria Lucimar da Silva Prado e da 4ª Danúzia Fabiana Alves, 01 (uma) ESCRIVANIA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, titular: João Batista Lemes Júnior; 01 (uma) ESCRIVANIA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL, DE REGISTROS PÚBLICOS E AMBIENTAL, Respondente: Tatiana da Silva Pinho 01 (um) CARTÓRIO DO CONTADOR, DISTRIBUIDOR E PARTIDOR sendo titular Geraldo Estevam de Souza, 01 (um) JUIZADO ESPECIAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, sendo titular Tiago Gregório Fernandes. NADA MAIS. DADA E PASSADA nesta **DIVISÃO DE GERENCIAMENTO DE ESTATÍSTICA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia, 05 de dezembro de 2013.

www.tjgo.jus.br/corregedoria

LÉIA MARIA DA SILVA BARROS

DIRETORA DA DIVISÃO DE GERENCIAMENTO DE ESTATÍSTICA

Belo Horizonte, 18 de Dezembro de 2013

À
MATO GROSSO ASSEMBLEIA LEGISLATIVARef.: CARTA DE FIANÇA N°. 933578 - R\$29.981,00

Pela presente, o **BANCO POTTENCIAL S.A.**, inscrito no CNPJ sob o n°. 00.253.448/0001-17 com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena, n°. 4.100 - 12°. andar, por seus representantes legais, declara que responsabiliza-se como **FIADOR** da empresa **EMSA - EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S/A**, CNPJ n°. 17.393.547/0001-05, com sede em APARECIDA DE GOIANIA/GO, à RODOVIA BR 153, KM 504,6, até o limite de **R\$29.981,00 (vinte e nove mil, novecentos e oitenta e um reais)**, destinado à garantia de participação na Concorrência Pública n° 004/2013, objetivando construção do estacionamento anexo ao Teatro da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

A presente fiança é válida pelo prazo de **90 (noventa) dias**, contados a partir de 27/12/2013, vencendo-se no dia **27/03/2014**, ficando certo que V.sas. deverão, no prazo de 03 (três) dias após o vencimento de qualquer obrigação não cumprida e até o prazo de validade acima fixado, exigir do **BANCO POTTENCIAL S.A.**, por meio de comunicação escrita, caso o afiançado não cumpra suas obrigações, a prestação que lhe caiba efetivar no âmbito e por efeito da presente **FIANÇA**, de modo que, se assim não ocorrer, ficará o **FIADOR** desonerado da obrigação assumida por força deste documento.

O **FIADOR**, recebendo a comunicação para honrar a fiança, efetuará o pagamento do valor devido dentro de 48 (quarenta e oito) horas.

BANCO POTTENCIAL S.A.
Jorge Luis Piazza
Procurador

Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital


Dayson Neri Lopes
Procurador

Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital



Documento assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. n° 32 de 11/09/2001 - Art. 2°

Art 1° - Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROTOCOLO GERALRecebi: 19/12/2013
Horas: 13h30 hs.

ASSINATURA

BANCO POTTENCIAL S/A

Av. Afonso Pena, 4100 - 12° andar - Cruzeiro - Belo Horizonte - MG
0130-009 - Tel. (31) 2121 8500 - www.bancopottencial.com.br

SGE 173
Fls. N.º 321 P

AL ESTADO DE YEMSA TÉCNICA





PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade".

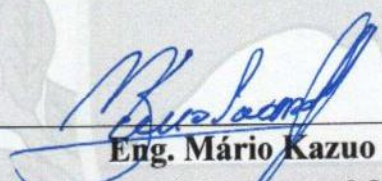
SGEL
Fls. Nº 3238

ATESTADO DE VISITA TECNICA

Declaramos para fins de participação na licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2013** contratação de empresa de engenharia para execução da obra de construção do estacionamento anexo ao teatro da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com fornecimento de todo o material, ferramental, equipamentos e mão de obra necessária a execução completa dos serviços nas condições e especificações do edital e seus anexos, que a empresa EMSA-EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S/A, inscrita no CNPJ/MF sob No. 17.393.547/0001-05 sediada a BR 163, Km 5046- ZONA INDUSTRIAL- APARECIDA DE GOIÂNIA - GO, através do seu representante Sr (a). ALEXANDRE ALVES DA COSTA CPF 612.064.151-34, devidamente identificado, compareceu na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e fez a vistoria no local de execução do objeto licitado.

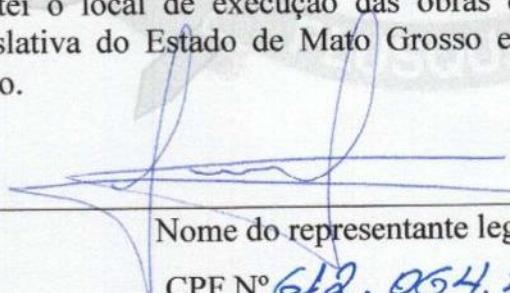
Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Cuiabá/MT, 20 de DEZEMBRO de 2013


Eng. Mário Kazuo Iwassake

Matrícula nº 33635
Mário Kazuo Iwassake
Engº. Eletricista
CREA - MT 10.750/D

Declaro que visitei o local de execução das obras da Concorrência Pública nº 004/2013 da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e recebi todas as informações que julguei pertinentes ao caso.


Nome do representante legal da licitante

CPF Nº 612.064.151-34

RG Nº 180637936-8



C

2. PROCURAÇÃO DO SIGNATÁRIO
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E
PROPOSTA DE PREÇOS



SGEL

Fis. Nº 325 p

EMSA

176

8. PROCURAÇÃO DO SIGNATÁRIO DOS
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA
PROPOSTA DE PREÇOS



Bel. Heber Hur Cordeiro de Souza
Oficial Tabelião

177

República Federativa do Brasil
Estado de Goiás - Poder Judiciário

Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e
Protestos, e Tabelionato (2º) de Notas
Comarca de Aparecida de Goiânia
CNPJ.: 02.440.933/0001-05

SGEL

Fis. Nº. 326P

Protestos, Tabelionato (2º) de Notas
Escritório 0004
Aparecida de Goiânia - Goiás

Livro 00391
TRASLADO

Folha 180/181

Protocolo 0034593

CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS
JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS E
PROTESTOS, TABELIONATO (2º) DE NOTAS
APARECIDA DE GOIÂNIA - GOIÁS

**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: EMSA-EMPRESA SUL
AMERICANA DE MONTAGENS S/A a Favor de GERALDO WILSON
RIBEIRO E OUTROS na forma abaixo declarada.**

S A I B A M quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, (05/12/2012), nesta Cidade de Aparecida de Goiânia, Comarca de mesmo nome, Estado de Goiás, neste Serviço Notarial, perante mim Miriam Ferreira Neves Vieira, Suboficiala Escrevente compareceu como Outorgante **EMSA-EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.393.547/0001-05, com sede na Rodovia BR-153, Km 504,6, Zona Industrial, em Aparecida de Goiânia-GO, representada por seu Diretor Vice Presidente e Administrativo **ADRIANO JOSÉ CORREA CROSARA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade Profissional nº 11.699/CRA-GO, inscrito no CPF/MF sob nº 659.584.621-72, residente e domiciliado em Goiânia-GO; reconhecida como a própria por mim Miriam Ferreira Neves Vieira, Suboficiala Escrevente, conforme os documentos que me foram apresentados, do que dou fé.- Pela Outorgante através de seu representante legal me foi dito que nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **GERALDO WILSON RIBEIRO**, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador da Cédula de Identidade nº 816.668/SSP-GO, inscrito no CPF/MF sob nº 167.492.191-87, residente e domiciliado em Goiânia-GO; **JOÃO BATISTA DA SILVA**, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, portador da Cédula de Identidade número 1.468.084-SSP-GO-2ªVIA, inscrito no CPF/MF sob número 380.626.151-20, residente e domiciliado em Aparecida de Goiânia-GO; **HURLEY ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, portador da Cédula de Identidade número 1.486.956/2ªVIA/DGPC-GO, inscrito no CPF/MF sob número 320.919.071-20, residente e domiciliado em Goiânia-GO; **UBIRATAN INACIO DE LIMA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade Profissional número 6846-D/CREA-GO, inscrito no CPF/MF sob nº 762.371.251-91, residente e domiciliado em Goiânia-GO; **ADRIANA MONTEIRO ROCHA FRANCO**, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da Cédula de Identidade Profissional número 11915/D/CREA-GO, inscrita no CPF/MF sob nº 711.726.451-91, residente e domiciliada em Goiânia-GO; **ORLIVAN GABRIEL DA SILVA**, brasileiro, casado, representante comercial, portador da Cédula de Identidade nº 3198836/DGPC-GO, inscrito no CPF/MF sob nº 796.398.011-00, residente e domiciliado em Goiânia-GO; **MARCUS VINICIUS LABRE LEMOS DE FREITAS**, brasileiro, solteiro, maior e capaz, advogado, portador da Cédula de Identidade Profissional número 14.282/OAB-GO, inscrito no CPF/MF sob número 659.618.891-49, residente e domiciliado em Goiânia-GO; **JONES OLIVEIRA RAMOS**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade Profissional número 016.121/CRA-DF, inscrito no CPF/MF sob número 548.434.641-04, residente e domiciliado em Brasília-DF; **ANTÔNIO AMARAL JÚNIOR**, brasileiro, casado, representante comercial, portador da Cédula de Identidade nº 307.424-SSP/TO, inscrito no CPF/MF sob nº 485.304.331-49, residente e domiciliado em Palmas-TO; **PATRICIA SAMPAIO**, brasileira, casada, engenheiro a civil, portadora da Cédula de Identidade nº 5689-D/CREA-GO, inscrita no CPF/MF sob nº 467.206.931-15, residente e domiciliada em Goiânia-GO e **FÁBIO GONÇALVES DE ARAÚJO**, brasileiro, casado, auxiliar de escritório, portador da Cédula de Identidade nº 1.457.890/SSP-DF, inscrito no CPF/MF sob nº 606.939.751-72, residente e domiciliado em Brasília-DF; a quem confere poderes especiais para em conjunto ou isoladamente, representar a outorgante em quaisquer licitações a serem realizadas em todo o

Página 1

Selo digital 00471209181632013000215 consulte em <http://extrajudicial.tgo.jus.br/selo>

Continuação na Página 2



**CARTÓRIO
SOUZA**

Bel. Heber Hur Cordeiro de Souza
Oficial Tabelião

178

República Federativa do Brasil
Estado de Goiás - Poder Judiciário

Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e
Protestos, e Tabelionato (2º) de Notas
Comarca de Aparecida de Goiânia
CNPJ.: 02.900.314/0001-76

SGEL

Fls. Nº 327P

Livro 00391

Folha 180/181

Protocolo 0034593

Escrevente 0004

TRASLADO

território nacional, sejam em órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou privada, estatais, paraestatais e qualquer outro órgão; podendo para tanto, dito procurador assinar documentos, propostas, formular ofertas e lances verbais de preços, negociar preços, apresentar nova proposta de preços, fazer acordos, transigir, proceder cauções, declarar a intenção de interpor recurso, impugnar, recorrer; enfim, podendo praticar todo e qualquer ato necessário no que se referir a licitações, ficando vedado o substabelecimento. A presente terá validade até o dia trinta e um do mês de dezembro do ano de dois mil e treze (31.12.2013). E de como assim o disse, do que dou fé, a pedido, lavrei-lhe a presente procuração que, depois de lida e achada em tudo conforme, outorga, aceita e assina, comigo Miriam Ferreira Neves Vieira Suboficiala Escrevente, que a digitei, dou fé e assino. Dispensadas as testemunhas nos termos da Lei 6.952 de 06.11.1981. (Kéllia). A taxa Judiciária será recolhida através de GRS. Eu, (a.), Miriam Ferreira Neves Vieira, Suboficiala Escrevente, que a escrevi, conferi, subscrevo, dou fé e assino. Emolumentos: R\$28,94; Taxa Judiciária: R\$9,35. Aparecida de Goiânia-GO, 05 de dezembro de 2012. (aa.) EMSA-EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S/A, ADRIANO JOSÉ CORREA CROSARA, Diretor Vice Presidente e Administrativo da Outorgante. Miriam Ferreira Neves Vieira, Suboficiala Escrevente. Nada mais. Traslada em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, _____, Suboficiala Escrevente, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e lido.

Em Testº _____ da Verdade

Aparecida de Goiânia - GO, 05 de dezembro de 2012

Miriam Ferreira Neves Vieira
suboficiala escrevente

Cartório de Registro de Pessoas
Jurídicas, Títulos, Documentos e
Protestos, Tabelionato (2º) de Notas
Aparecida de Goiânia - Goiás

Poder Judiciário Estado de Goiás
Selo Eletrônico de Fiscalização
00471209181632013000215
Consulte esse selo em:
<http://extrajudicial.tgo.jus.br/selo>

**CARTÓRIO
SOUZA**

Av. Vicente de Paula Souza, nº 67, Centro
Aparecida de Goiânia - GO
Fone: (62) 3283-1105
Bel. Heber Hur Cordeiro de Souza

2º TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS E PROTESTOS

00471304/01223026007219 - Consulte em <http://extrajudicial.tgo.jus.br/selo>

A presente fotocópia corresponde com o original.

Aparecida de Goiânia, 06 de maio de 2013 - 10:48:37h

Emolumentos: R\$2,34; Fundesp: R\$0,23; total: R\$2,57. 400774

Em testemunho _____ da verdade

Denize Alves de Araújo Campos - Suboficiala Escrevente

Página 2

Selo digital 00471209181632013000215 consulte em <http://extrajudicial.tgo.jus.br/selo>

Última Página

Av. Vicente de Paula Souza, 67 - Centro - Aparecida de Goiânia - GO - CEP 74.980-181
Fone/Fax: (62) 3283-1105

TERMO DE ENCERRAMENTO DO VOLUME

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Secretaria Municipal de Educação

Procurador Municipal

O presente documento é composto de 10 (dez) páginas e contém a minuta do termo de encerramento do volume de trabalho da Comissão de Educação Municipal, criada em 1995, para a elaboração do Plano Municipal de Educação.

O presente documento é composto de 10 (dez) páginas e contém a minuta do termo de encerramento do volume de trabalho da Comissão de Educação Municipal, criada em 1995, para a elaboração do Plano Municipal de Educação.

Assinado em Curitiba, 27 de dezembro de 2014.

Assinado em Curitiba, 27 de dezembro de 2014.

MODELO 11

TERMO DE ENCERRAMENTO DO VOLUME

Ao

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

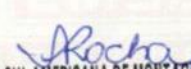
Referência: Concorrência Pública nº 004/2013

Prezados Senhores,

Os documentos de Habilitação da EMSA – Empresa Sul Americana de Montagens S/A, apresentada para os fins de participação na licitação em referência é de 01 (um) volume.

O presente documento é composto de 180 (cento e oitenta) folhas, inclusive esta, numeradas sequencialmente da folha nº 001 (um) à folha nº 180 (cento e oitenta), estando todo o conjunto devidamente rubricado.

Aparecida de Goiânia-GO., 27 de dezembro de 2013.


EMSA EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S/A
Adriana Monteiro Rocha Franco
Engº. Civil CREA/GO 11915/D
Representante Legal



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade".

TERMO DE ENCERRAMENTO

Cuiabá, 12 de AGOSTO de 2014.

Este Volume de Número IV contém 330 páginas numeradas, de: 01 a 330

Resposável pelo preenchimento

Adilson Moreira da Silva